



Simulado Especial

TRT ES

Analista Judiciário

Oficial de Justiça Avaliador

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT ES – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT ES;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TRT ES;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-AJ-OJA-19-11>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | |

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Instruções: Leia o texto a seguir para responder às questões 1 a 5

12 de janeiro

Na conversa de anteontem com Rita esqueceu-me dizer a parte relativa a minha mulher, que lá está enterrada em Viena. Pela segunda vez falou-me em transportá-la para o nosso jazigo. Novamente lhe disse que estimaria muito estar perto dela, mas que, em minha opinião, os mortos ficam bem onde caem; redargüiu-me que estão muito melhor com os seus.

— Quando eu morrer, irei para onde ela estiver, no outro mundo, e ela virá ao meu encontro, disse eu.

Sorriu, e citou o exemplo da viúva Noronha que fez transportar o marido de Lisboa, onde faleceu, para o Rio de Janeiro, onde ela conta acabar. Não disse mais sobre este assunto, mas provavelmente tornará a ele, até alcançar o que lhe parece. Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.

Outra coisa que não escrevi foi a alusão que ela fez à gente Aguiar, um casal que conheci a última vez que vim, com licença, ao Rio de Janeiro, e agora encontrei. São amigos dela e da viúva, e celebram daqui a dez ou quinze dias as suas bodas de prata. Já os visitei duas vezes e o marido a mim.

Rita falou-me deles com simpatia e aconselhou-me a ir cumprimentá-los por ocasião das festas aniversárias.

— Lá encontrará Fidélia.

— Que Fidélia?

— A viúva Noronha.

— Chama-se Fidélia?

— Chama-se.

— O nome não basta para não casar.

— Tanto melhor para você, que vencerá a pessoa e o nome, e acabará casando com a viúva.

Mas eu repito que não casa.

Machado de Assis, “Memorial de Aires”.

01. O texto, despretensiosamente, suscita a reflexão sobre

- a) a vida cotidiana no Rio de Janeiro.
- b) os costumes europeus que são repetidos no Brasil;
- c) como as personagens encaram a morte de seus companheiros;
- d) as muitas viagens feitas pelo personagem-narrador;
- e) as amizades arrançadas entre as personagens.

02. É característica intrínseca do gênero ao qual pertence o texto de Machado de Assis:

- a) abordar um tema formal, distante da realidade do leitor.
- b) ser estruturado como uma dissertação;
- c) narrar acontecimentos entre personagens;
- d) expor a realidade de um determinado grupo social;
- e) mostrar a insatisfação da viúva ao perder o marido.

03. Em relação à linguagem utilizada no texto, ela se caracteriza pela:

- a) informalidade, com estruturas mais simplificadas, de forma a afastar o leitor do texto.
- b) formalidade, com estruturas complexas, de forma a afastar o leitor do texto;
- c) informalidade, com a presença de linguagem coloquial e estruturas da linguagem escrita;
- d) formalidade, com a presença de linguagem rebuscada e estruturas da linguagem escrita;
- e) informalidade, com a presença de linguagem coloquial e estruturas da linguagem falada.

04. Assinale a alternativa em que foi utilizada linguagem figurada.

- a) “esqueceu-me dizer a parte relativa a minha mulher, que lá está enterrada em Viena.” (1º parágrafo)
- b) “Quando eu morrer, irei para onde ela estiver” (2º parágrafo)
- c) “Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.” (3º parágrafo)
- d) “Rita falou-me deles com simpatia e aconselhou-me a ir cumprimentá-los” (5º parágrafo)
- e) “Tanto melhor para você, que vencerá a pessoa e o nome” (12º parágrafo)

05. *Já meu cunhado dizia que era seu costume dela, quando queria alguma coisa.*

Em relação à sintaxe do período, a oração destacada exerce a função de:

- a) adjunto adverbial;
- b) objeto direto;
- c) objeto indireto;
- d) complemento nominal;
- e) predicativo do objeto.

06.

___I___ partir de diferentes perspectivas teóricas, “Literatura e política” discute como a tensão entre a ficção e o político, desde ___II___ alvorada da modernidade, transformou a criação literária em um meio de resistência ___III___ formas de dessensibilização da sociedade.

Considerando a norma culta padrão, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

- a) à – a – as;
- b) à – à – às;
- c) a – a – as;
- d) a – a – às;
- e) a – à – às.

Instruções: Leia o texto para responder às questões 7 a 10

Migrações humanas, conhecer os mecanismos das estações, invenções da agricultura, a domesticação de animais, a caça e a coleta, conflitos entre os grupos humanos e demais construções sociais podem ser considerados parte dos primeiros conhecimentos geográficos, um cenário em que a palavra de ordem era a sobrevivência. É na correlação destes e outros saberes que se vai forjando a condição para a supremacia da raça humana na terra, um processo que acabou diferenciando os próprios grupos humanos, surgindo assim o domínio de uns em detrimentos de outros.

Disponível em
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/241183/34070>>

07. O texto é formulado com orações coordenadas e subordinadas; um exemplo de oração formada pelo processo de subordinação é:

- a) *conhecer os mecanismos das estações;*
- b) *demais construções sociais podem ser considerados parte dos primeiros conhecimentos geográficos;*
- c) *É na correlação destes e outros saberes;*
- d) *que acabou diferenciando os próprios grupos humanos;*
- e) *o domínio de uns em detrimentos de outros.*

08. O termo destacado abaixo que representa uma circunstância é:

- a) O líbero luso-brasileiro é o mais eficiente que já conheci;
- b) As grandes obras norueguesas podem ainda ser vistas em metrópoles;
- c) Os poemas franceses serviram de influência aos poetas brasileiros ao longo dos séculos XIX e XX;
- d) As conquistas paulistas exprimem seu espírito de determinação;
- e) Pessoas descontroladas acabaram por causar tumulto nas ruas.

09. *Os sete demais grupamentos não mostraram variações estatisticamente significativas.*

A oração acima está escrita na voz ativa; se transformássemos essa frase para a voz passiva, a forma verbal correta seria:

- a) não foi mostrado;
- b) não foram mostradas;
- c) não se mostram;
- d) não mostrou;
- e) não mostraram.

10. *Migrações humanas, conhecer os mecanismos das estações, invenções da agricultura, a domesticação de animais, a caça e a coleta, conflitos entre os grupos humanos e demais construções sociais podem ser considerados parte dos primeiros conhecimentos geográficos.*

A alteração proposta que manteria a correção gramatical do trecho é:

- a) inserção de vírgula antes de “e demais construções”;
- b) substituição de “conhecer” por “conhecimento”;
- c) substituição de “grupos” por “sociedades”;
- d) substituição de “podem ser considerados” por “pode-se considerar”;
- e) substituição de “considerados” por “consideradas”.

Instruções: Leia o texto para responder às questões 11 a 15

Interpretar é explicar, esclarecer; dar o significado de vocábulo, atitude ou gesto; reproduzir por outras palavras um pensamento exteriorizado; mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que a mesma se contém.

Neste diapasão, interpretar direitos humanos significa buscar um equilíbrio entre o direito natural e o direito positivo, tendo como base fundamental a dignidade humana e, daí, extrair a norma mais favorável à proteção da dignidade humana ao caso concreto.

Além disso, conforme deixou assentado a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, “todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados”, de tal sorte a afirmar que na colidência entre uma norma interna e os postulados internacionais, devem prevalecer estes últimos, tendo em vista o princípio de que a essência do ser humano é uma só, não obstante a multiplicidade de diferenças, individuais e sociais, biológicas e culturais que existem na humanidade e, exatamente por isso, todos os seres humanos merecem igual respeito e proteção, a todo tempo e em todas as partes do mundo em que se encontrem.

Ademais, é preciso rememorar que, com o fim da Segunda Guerra Mundial e, em face das atrocidades cometidas pelos dirigentes nazistas, houve uma tomada de consciência universal, espelhada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo como base uma razão jurídica de conteúdo ético, “fundada na garantia da intangibilidade da dignidade da pessoa humana, na aquisição da igualdade entre as pessoas, na busca da efetiva liberdade, na realização da justiça, e na construção de uma consciência que preserve integralmente esses princípios”.

Tratando-se, pois, de direitos humanos, o intérprete deve ter em mente que o direito positivo não pode contrariar ou negar vigência aos direitos fundamentais dos seres humanos, assim como o direito interno não pode contrariar direitos humanos consagrados universalmente por serem indisponíveis e insuprimíveis, dado ao seu caráter de norma de valor supraconstitucional ou de natureza supra-estatal.

Adaptado de < <https://jus.com.br/artigos/87693/o-principio-da-dignidade-humana-e-a-interpretacao-dos-direitos-humanos>>

11. O trecho destacado que exerce a mesma função sintática de “buscar um equilíbrio” em “interpretar direitos humanos significa buscar um equilíbrio” é:

- a) (...) de tal sorte a afirmar que na colidência entre uma norma interna e os postulados internacionais (...)
- b) (...) igual respeito e proteção, a todo tempo e em todas as partes do mundo em que se encontrem.
- c) é preciso rememorar que, (...) houve uma tomada de consciência universal (...)
- d) Tendo como base uma razão jurídica de conteúdo ético, “fundada na garantia da intangibilidade (...)
- e) (...) na realização da justiça, e na construção de uma consciência que preserve integralmente esses princípios”.

12. O uso do conectivo “Ademais”, no quarto parágrafo, introduz um

- a) Sentido de concessão;
- b) Sentido adversativo;
- c) sentido explicativo;
- d) Sentido de causalidade;
- e) Sentido de continuidade.

13. Considerando a leitura do texto, pode-se inferir que:

- a) O texto indaga o leitor sobre a relevância da dignidade da pessoa humana nas relações jurídicas;
- b) Há necessidade de se conjugar as correntes jurídicas do positivismo e do naturalismo quando se fala em dignidade da pessoa humana;
- c) há sobreposição do positivismo na interpretação das leis, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial;
- d) A reflexão sobre a dignidade da pessoa humana sai do direito e se aninha na filosofia;
- e) Não se pode sobrepor a dignidade da pessoa humana às leis, por meio de interpretação ou analogia.

14. Para que o trecho “de tal sorte a afirmar que na colidência entre uma norma interna e os postulados internacionais, devem prevalecer estes últimos” esteja dentro da norma culta, deve-se:

- a) Substituir a preposição “a” depois de “de tal sorte” por “que”;
- b) Inserir vírgula antes de “na colidência”;
- c) suprimir a vírgula antes de “devem prevalecer”;
- d) Flexionar o verbo “devem” no singular;
- e) Substituir o pronome “estes” por “esses”.

15. A definição utilizada no primeiro parágrafo tem a finalidade de

- a) Dar sustentação à argumentação que se segue;
- b) Dar maior credibilidade aos argumentos trazidos;
- c) Mostrar o conhecimento do autor sobre o tema;
- d) Exemplificar as diversas abordagens do tema;
- e) Mostrar a complexidade do assunto.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

16. Alguém diz: “não é verdade que se Pedro come lasanha, Joana bebe suco.” É logicamente equivalente dizer:

- a) Se Joana não bebe suco, então Pedro não come lasanha.
- b) Pedro não come lasanha ou Joana bebe suco.
- c) Pedro come lasanha ou Joana não bebe suco.
- d) Pedro não come lasanha e Joana bebe suco.
- e) Pedro come lasanha e Joana não bebe suco.

17. Se Marcos é engenheiro, então João é carpinteiro. Se Leonardo é concurseiro, então João não é carpinteiro. Se Leonardo não é concurseiro, então Natan é fazendeiro. Sabe-se que Natan não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é concurseiro ou Marcos é engenheiro.
- b) Marcos é engenheiro ou João é carpinteiro.
- c) João é carpinteiro e Natan não é fazendeiro.
- d) Marcos não é engenheiro e Leonardo não é concurseiro.
- e) João não é carpinteiro e Leonardo não é concurseiro.

18. Partindo de um ponto A, uma pessoa fez uma série de deslocamentos até chegar a um ponto B:

- Avançou 20 metros em linha reta, em uma determinada direção.
 - Girou 90° para a esquerda.
 - Avançou 24 metros em linha reta.
 - Girou 90° para a esquerda.
 - Avançou 30 metros em linha reta.
 - Girou 90° para a direita.
 - Avançou 14 metros em linha reta.
 - Girou 90° para a direita.
 - Avançou 10 metros em linha reta, atingindo o ponto B.
- A distância, em metros, entre os pontos A e B é igual a:

- a) 44
- b) 38
- c) 34
- d) 20
- e) 10

19. Os termos da sequência a seguir foram obtidos considerando uma lei de formação.

(1, 2, 6, 7, 21, ...)

Segundo essa lei, o décimo primeiro termo dessa sequência é um número:

- a) menor que 100.
- b) compreendido entre 100 e 200.
- c) compreendido entre 200 e 400.
- d) compreendido entre 400 e 600.
- e) maior que 600.

20. No tabuleiro a seguir, são colocadas 21 peças. Cada peça ocupa uma casa e cada casa ocupada só contém uma peça.

É correto afirmar que

- a) todas as colunas têm pelo menos 3 casas ocupadas.
- b) alguma coluna não tem casas ocupadas.
- c) nenhuma coluna tem mais de 3 casas ocupadas.
- d) alguma linha tem, pelo menos, 5 casas ocupadas.
- e) todas as linhas têm, pelo menos, 4 casas ocupadas.

21. Em uma empresa, somente $\frac{1}{4}$ dos trabalhadores tem ensino superior completo. Da parcela que não concluiu o ensino superior, $\frac{2}{5}$ não têm o ensino médio completo, o que corresponde a 60 pessoas. O número de trabalhadores que concluíram o ensino superior é igual a

- a) 30.
- b) 35.
- c) 40.
- d) 45.
- e) 50.

22. O salário médio pago a 25 analistas do TRT ES é de R\$ 15.000 sendo que, dentre os 25 analistas, 5 exercem funções gratificadas. Se desconsiderarmos os analistas que exercem funções gratificadas, o salário médio cai para R\$ 14.000. Logo, o salário médio pago somente aos analistas que exercem função gratificada é:

- a) R\$ 16.000
- b) R\$ 17.000
- c) R\$ 18.000
- d) R\$ 19.000
- e) R\$ 20.000

23. Corujêncio, renomado professor de estatística, estudou uma amostra relativa a notas obtidas por seus alunos em uma prova.

A amostra, composta por cinco notas, é a seguinte: 5, 10, 6, 4 e 5.

A variância amostral das notas é igual a:

- a) 4,4
- b) 4,8
- c) 5,5
- d) 6,3
- e) 6,6

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

24. Sobre as licenças a serem concedidas ao servidor público, à luz da Lei nº. 8.112/1990, é incorreto afirmar

- a) A licença por motivo de doença em pessoa da família somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário
- b) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente por esse período
- c) a licença por motivo de afastamento do cônjuge, quando concedida, será por prazo indeterminado e sem remuneração
- d) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, mantida sua remuneração
- e) servidor que esteja em estágio probatório não tem direito de gozar de licença para tratar de interesses particulares

25. De acordo com a Lei nº. 8.112/1990, o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto o que se afirma em:

- a) É dever do servidor representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, de modo que tal representação será apreciada, inicialmente, pela autoridade contra a qual é formulada
- b) É proibido ao servidor público tratar a qualquer pessoa com urbanidade
- c) O servidor público está condicionado a cumprir todas as ordens de seus superiores
- d) É vedado ao servidor o exercício de gerência ou administração de sociedade privada, bem como de comércio, exceto quando em gozo de licença para o trato de interesses particulares
- e) Servidor público que também seja advogado, está proibido de exercer a advocacia independentemente do caso concreto, enquanto em exercício estiver

26. João da Silva foi acusado de receber propina em razão de suas atribuições, tendo sido investigado e considerado culpado, o que resultou em sua demissão. Ocorre que João conseguiu provas de que não foi o autor do ilícito. Nos termos da Lei nº. 8.112/1990, é correto afirmar que o servidor poderá retornar ao quadro de efetivos por meio da:

- a) recondução
- b) reversão
- c) readmissão
- d) reintegração
- e) aproveitamento

27. Nos termos da Lei nº. 8.112/1990, no que diz respeito às penalidades, é incorreto afirmar que

- a) servidor que se recusar a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado será aplicada advertência
- b) O Estatuto prevê o cancelamento dos registros das penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar
- c) Em regra, a suspensão tem prazo máximo de 90 (noventa) dias, podendo ser esse prazo de até 15 (quinze) dias quando, injustificadamente, o servidor recusar realizar inspeção médica
- d) Servidor que faltar intencionalmente por trinta dias consecutivos terá abandonado seu cargo, restando sujeito à penalidade de demissão
- e) As penalidades disciplinares serão aplicadas pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, em quaisquer casos de advertência ou de suspensão

28. Consoante o Regimento Interno do TRT da 17ª Região, é correto afirmar que são órgãos do Tribunal

- a) o Tribunal Pleno, a Presidência e o Corregedor
- b) as Turmas, os Desembargadores e a Ouvidoria
- c) o Tribunal Pleno, os Desembargadores e a Corregedoria Regional
- d) os Desembargadores, a Escola Judicial e a Corregedoria Regional
- e) o Tribunal Pleno, a Presidência e a Ouvidoria

29. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 17ª Região, é correto afirmar que:

- a) Os cargos de direção do Tribunal são três, de Presidente, o de Vice-Presidente e o de Corregedor Regional, de modo que as funções desse último serão exercidas pelo Desembargador Presidente do Tribunal.
- b) a antiguidade dos Desembargadores conta-se a partir do efetivo exercício, prevalecendo o critério etário, a idade do servidor, sobre qualquer outro.
- c) Quando a pauta se tratar de escolha dos nomes que integrarão a lista destinada ao preenchimento de vaga de Desembargador, o Tribunal Pleno deverá deliberar com quórum 2/3 de seus membros
- d) As decisões do Tribunal serão adotadas pelo voto da maioria simples, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, sendo vedado ao Presidente do Tribunal Pleno proferir voto
- e) As sessões administrativas realizar-se-ão de preferência em dias não coincidentes com os das sessões ordinárias, para elas convocados todos os Desembargadores em exercício, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas

30. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 17ª Região, é correto afirmar que é competência do Tribunal Pleno, originariamente:

- a) julgar os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes aos servidores
- b) julgar os recursos oriundos das reclamações contra atos administrativos do Presidente do Tribunal
- c) presidir a audiência pública de distribuição dos feitos
- d) aplicar penas disciplinares aos servidores do Tribunal da 17ª Região, observadas as limitações legais
- e) julgar os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência e editar súmulas

DIREITO ADMINISTRATIVO/LEGISLAÇÃO

Fabiano Pereira

31. Assinale a alternativa correta, no que se refere aos atos administrativos.

- a) Um ato administrativo discricionário não poderá ser anulado pelo Poder Judiciário.
- b) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.
- c) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, motivo pelo qual o Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo.
- d) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- e) Um ato administrativo de determinado ente da Administração Pública que se mostre inconveniente e inoportuno não poderá ser revogado pelo Poder Judiciário.

32. Assinale a opção correta.

- a) As autarquias, pessoas jurídicas de direito privado, são criadas por lei e têm capacidade de autoadministração.
- b) A descentralização, uma característica da Administração direta, visa distribuir competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, organizada hierarquicamente, a fim de atingir um melhor desempenho.
- c) As agências reguladoras são autarquias em regime especial, o que lhes confere maior autonomia administrativa e financeira, especialmente pelo fato de seus dirigentes exercerem mandato a prazo certo.
- d) A empresa pública difere da sociedade de economia mista no que se refere à personalidade jurídica: aquela é empresa estatal de direito privado, esta é de direito público.
- e) As autarquias somente podem ser criadas mediante lei específica, enquanto empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, que integram a Administração indireta, podem ter sua criação autorizada mediante decreto do presidente da República.

33. As ações promovidas pela Administração Pública brasileira são balizadas pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, além de outros que são considerados implícitos. A propósito, aponte abaixo a alternativa que apresenta um procedimento aplicado na Administração Pública e que decorre diretamente do princípio da eficiência.

- a) Publicação de edital para a realização de processo de licitação.
- b) Vedação de promoção pessoal de agente público.
- c) Fazer somente aquilo que é determinado ou autorizado por lei.
- d) Atuação com ética, decore e probidade.
- e) Avaliação periódica de desempenho de servidor público.

34. Ao apurar atos, supostamente em desconformidade com o respectivo estatuto funcional, praticados por servidor no exercício de suas atribuições, age a Administração em adequação com o poder:

- a) de polícia.
- b) regulamentar.
- c) discricionário.
- d) disciplinar.
- e) vinculado.

35. Doquinha, Procurador da República, formulou pedido de afastamento para participar de Congresso Jurídico a ser realizado no exterior, o qual foi negado pelo Procurador-Geral da República. É correto afirmar que a decisão do Procurador-geral da República encontra fundamento no poder

- a) hierárquico, pois se trata de uma decisão administrativa e não relacionada diretamente ao exercício de suas funções institucionais.
- b) disciplinar, pois se trata de decisão de punir o agente por manifestar desejo de se afastar de suas funções.
- c) de polícia, pois se trata de uma decisão em que o Procurador-Geral da República age de modo a restringir a liberdade de seu subordinado, a fim de alcançar o interesse público.
- d) vinculado, pois o ato não admite grau de liberdade para o Procurador-Geral da República, sendo imprescindível que negue o pedido.
- e) regulamentar, pois se trata de uma decisão administrativa destinada a regular a atividade do agente público.

36. Doquinha é servidor público efetivo e tinha o objetivo de se aposentar por tempo de contribuição quando alcançasse o período mínimo necessário para tanto. Entretanto, se acidentou e, após afastamento do cargo por longo período, restou se aposentando por invalidez. Passados alguns meses, a Administração recebeu laudo realizado pela equipe médica oficial, cuja conclusão foi de que Doquinha estava apto para o trabalho, considerando as funções exercidas no cargo que ocupava.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Doquinha não poderá voltar à atividade, pois a conquista da aposentadoria constitui direito adquirido.
- b) Doquinha será reintegrado ao cargo que anteriormente ocupava, desde que ainda exista.
- c) Doquinha será alcançado pela reversão, tendo em vista que se tornaram insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- d) Doquinha terá a faculdade de escolher entre o retorno ao serviço ou permanecer aposentado.
- e) Doquinha será readaptado ao cargo que anteriormente ocupava ou no cargo resultante de sua transformação, caso possua aptidão para seu exercício.

37. No que se refere ao regime jurídico administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Ao direito privado compete regular as relações jurídicas entre Estado e particulares e, além disso, entre os órgãos públicos e seus agentes.
- b) Os atos praticados pelos órgãos são imputados à pessoa jurídica a cuja estrutura estão integrados.
- c) O regime jurídico administrativo tem por base a premissa de que os interesses públicos se sobrepõem, em todas as situações, ao interesse privado.
- d) A Administração Pública sujeita-se à decisão judicial para proceder à utilização temporária de imóvel de outrem.
- e) O regime jurídico administrativo está pautado, basicamente, no princípio da supremacia do interesse privado e da indisponibilidade do interesse público.

38. À luz da Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção que contempla hipótese na qual a licitação é inexigível.

- a) Para contratação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- b) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- c) Para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- d) Para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) Para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

39. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

40. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

41. O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a competência para

- a) a celebração de tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) a concessão de indulto e para a comutação de penas.
- c) nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução
- e) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

42. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) Ação popular que será julgada pelo STJ.

43. Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- e) seria possível em qualquer situação, bastando o pedido.

44. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

45. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

46. Tanaka, Deputado Estadual, sempre morou com sua vó e quando criança gostava muito da natureza e por isso virou protetor da natureza e meio ambiente. Consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida em caráter concorrente com a União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Tanaka indica que:

- a) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.
- b) o Estado somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto a União não o fizer;
- c) a União somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto o Estado não o fizer;
- d) a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria quando bem entender;

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Pequeno

47. Heráclito faltou ao serviço, de maneira injustificada, por 14 dias dentro do período aquisitivo. Segundo a CLT, o empregado fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 24 dias corridos de férias.
- c) 22 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

48. Assinale a alternativa que menciona espécie de contrato de trabalho que NÃO exige celebração por escrito:

- a) contrato de trabalho intermitente.
- b) contrato de aprendizagem.
- c) contrato de trabalho de auxiliar de serviços gerais.
- d) contrato de trabalho temporário.
- e) contrato em regime de teletrabalho.

49. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
- b) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) até 2 (dois) dias, desde que consecutivos, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- d) pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- e) por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 8 (oito) anos em consulta médica.

50. No que se refere à extinção contratual mediante acordo, julgue os itens que se seguem:

- a) será devida pela metade a indenização relativa às férias proporcionais.
- b) o empregado estará autorizado a sacar integralmente seu saldo junto ao FGTS.
- c) o aviso prévio indenizado será devido pela metade.
- d) o empregado estará autorizado a ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
- e) o décimo terceiro salário será devido pela metade.

51. Analise as assertivas abaixo expostas:

- I. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e o valor dos depósitos junto ao FGTS.
- II. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, regime de sobreaviso, teletrabalho e modalidade de registro da jornada de trabalho.
- III. Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.
- IV. Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes facultativos, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

52. Avalie os itens abaixo quanto às hipóteses de rescisão mediante justa causa:

- I. A incontinência de conduta consiste em ato do empregado com caráter sexual que atenta contra tal dimensão da moral.
- II. A violação do segredo de empresa, embora conduta ilícita, não ostenta gravidade suficiente a ensejar a justa causa.
- III. A indisciplina é conduta do empregado que viola regramentos de caráter geral impostos pelo empregador.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

53. No que se refere às alterações contratuais, assinale a alternativa que vai ao encontro das disposições celetistas e dos entendimentos sumulados do TST:

- a) empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, ainda que não ocorra mudança de domicílio, tem direito a adicional de transferência de no mínimo 25% do salário do empregado.
- b) o empregador pode determinar unilateralmente que o empregado passe a laborar em outro local, desde que tal alteração nunca implique mudança de residência do empregado.
- c) admite-se a supressão do pagamento do adicional noturno, com decréscimo salarial, na hipótese de o empregado ter tido a jornada alterada unilateralmente por ato do empregador para período diurno.
- d) a reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, muito embora assegure ao empregado a manutenção do pagamento da gratificação de função correspondente, quando resultar de determinação patronal sem justo motivo.
- e) é ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

54. Suponha que Afrodite sofreu grave acidente no dia de seu descanso semanal remunerado, tendo sido aposentada por invalidez (incapacidade permanente). À época, a empregada era beneficiária de plano de saúde oferecido pela empresa. Nesta situação, de acordo com o regramento celetista e os entendimentos sumulados do TST, é correto afirmar que:

- a) seu contrato de trabalho deverá ser extinto por ocasião de sua aposentadoria por invalidez.
- b) caso a aposentadoria de Afrodite seja cancelada após cinco anos contados a partir de sua concessão, a trabalhadora não terá direito de retornar ao emprego.
- c) Afrodite não terá direito à manutenção do seu plano de saúde.
- d) o empregador deverá manter o plano de saúde de Afrodite, mesmo após sua aposentadoria.
- e) Afrodite terá seu contrato de trabalho suspenso durante os primeiros seis meses do benefício, sendo automaticamente extinto após tal período.

55. No que se refere às regras celetistas sobre a jornada de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- b) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- c) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- d) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, com adicional de 50% sobre o valor da remuneração devida à época da prestação dos serviços.
- e) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

56. Em relação ao trabalho intermitente, avalie:

- I. O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias úteis de antecedência.
- II. Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de dez dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, não sendo permitida a compensação.
- III. Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses.

Está/Estão correto(s) APENAS o(s) item(ns):

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

57. Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

58. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

59. Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

60. Sobre ônus da prova no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

- a) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- b) Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do reclamante.
- c) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.
- d) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

61. O artigo 893 da CLT estabelece o cabimento do recurso de revista dentre os recursos em espécie admitidos no processo do trabalho. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, conclui-se:

- a) É cabível recurso de revista adesivo no procedimento sumaríssimo, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- b) No procedimento sumaríssimo, a parte recorrente, para admissibilidade do recurso de revista, deverá demonstrar a violação direta a dispositivo da Lei Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Não se admite recurso de revista fundado tão somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida.
- d) No procedimento ordinário, é cabível, como regra geral, recurso de revista calcado em divergência jurisprudencial de aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional do Trabalho.
- e) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença, depende de demonstração inequívoca de ofensa direta à lei federal.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

62. Com relação à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o negócio jurídico praticado em fraude contra credores.
- b) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce com o decurso do tempo.
- c) Exige-se a confirmação expressa, ainda que o negócio jurídico anulável tenha sido cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.
- d) A anulabilidade tem efeito antes de julgada por sentença.
- e) A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, e a destas induz a da obrigação principal.

63. Com relação aos vícios redibitórios e evicção, assinale a alternativa correta.

- a) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu mais as despesas do contrato.
- b) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de 1 ano, se a coisa for imóvel, contado do registro.
- c) A garantia contra evicção não subsiste se a aquisição se tiver realizado em hasta pública.
- d) Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou dele informado, não o assumiu.
- e) Pode o adquirente demandar pela evicção, ainda quando soubesse que a coisa era alheia ou litigiosa.

64. Com relação à aquisição e perda da propriedade, assinale a alternativa correta.

- a) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente, durante 5 anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade por usucapião.
- b) O depósito antigo de coisas preciosas, oculto e de cujo dono não haja memória, pertencerá àquele que achar o tesouro casualmente em imóvel alheio.
- c) Subentende-se a tradição quando o transmitente continua a possuir pelo constituto possessório.
- d) Não transfere a propriedade a tradição, quando tiver por título um negócio jurídico nulo ou anulável.
- e) Presume-se a intenção de abandonar o imóvel, até prova contrária, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais.

65. Com relação à união estável, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de durabilidade necessário à caracterização da união estável é de 2 anos.
- b) Os impedimentos matrimoniais previstos no Código Civil inibem a caracterização da união estável, havendo nesse ponto uma simetria entre casamento e união estável.
- c) A união estável impõe os deveres de coabitação, lealdade, respeito, assistência, bem como os de guarda, sustento e educação dos filhos.
- d) A escolha do regime de bens incidente na união estável deve ser feita por escritura pública, sob pena de prevalecer o regime da comunhão parcial de bens.
- e) Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação obrigatória de bens, comunicando-se os adquiridos na constância, quando comprovado o esforço comum.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

66. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

67. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado

68. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

69. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

70. Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
- c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- d) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.
- e) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-AJ-OJA-19-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>